

KARDEX

MC

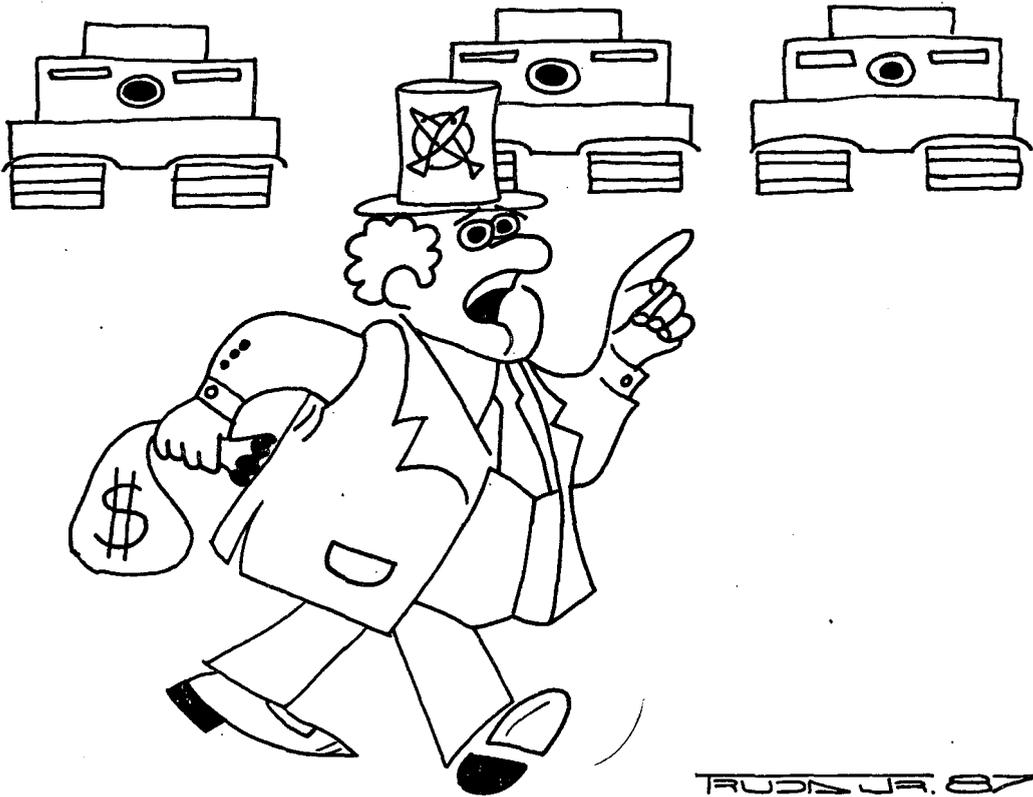
PP

DO GERAL

nº 430 - outubro/1987

Aconteceu

Empresário denuncia articulação de direita



Lavradores ocupam terras no Rio Grande do Sul

Líder sindical assassinado em Recife

Aconteceu

nº 430 - Outubro/1987

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da
Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho
(coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Estarci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade
analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com
os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias
veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 50 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

APROVADA LIBERDADE IRRESTRITA DE GREVE

Numa surpreendente votação que conseguiu a unanimidade do plenário, a Comissão de Sistematização aprovou ontem a liberdade de greve, mantendo na íntegra o texto do relator Bernardo Cabral. Isso só foi possível porque a liderança do PMDB ameaçou os moderados e a direita com as emendas mais radicais do PT. Depois da votação, o presidente da CUT, Jair Meneghelli, aplaudiu ("era exatamente o que queríamos"), enquanto o senador-empresário Albano Franco explicou que "era pior arriscar com as emendas que existiam". A diferença entre a legislação em vigor sobre a greve e o que foi aprovado no projeto constitucional é que atualmente o estado pode intervir nos movimentos grevistas e considerá-los ilegais. Isso ocorre com a maior parte das greves porque a lei é muito exigente para que uma greve seja legal. "A lei atual diz que o trabalhador tem o direito a greve, desde que cumpra uma quantidade absurda de exigências. Agora, estará consagrado na Constituição a liberdade de greve e não o direito", disse o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP). Meneghelli explicou algumas das exigências contidas na atual lei de greve: os trabalhadores precisam fazer a votação em assembleias por escrutínio secreto e a aprovação do movimento só pode ser com o voto de dois terços. É necessário comunicar aos patrões com 10 dias de antecedência. Os trabalhadores de serviço considerado essencial e os funcionários públicos não podem fazer greve. Se qualquer dessas exigências não for cumprida, os Tribunais Regionais do Trabalho julgam a greve ilegal. "Aí está a interferência do estado que começa quando o Ministério do Trabalho reconhece oficialmente o estado de greve e, logo em seguida, a mesma é julga

da". O presidente da CUT disse que a liberdade de greve aprovada ontem dispensa qualquer lei complementar e acaba com a intervenção do estado, que não pode se pronunciar sobre os movimentos grevistas. (JB - 17/10/87)

COMISSAO MUDA SUBSTITUTIVO E APROVA UNICIDADE SINDICAL

Por 63 votos a 19, a Comissão de Sistematização rejeitou ontem a proposta de pluralidade sindical constante do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Um acordo firmado entre o PMDB, PDS e os partidos de esquerda assegurou a aprovação da emenda do deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), resgatando a atual unicidade sindical, que não permite a constituição de mais de um sindicato por categoria profissional ou econômica na mesma base territorial. Apenas o PT votou unido contra a unicidade, recebendo adesões do PMDB e do PFL. Dos 49 peemedebistas, sete eram favoráveis à pluralidade. Os pefelistas racharam: doze votaram favoravelmente à emenda Campos e nove foram contra. Os partidos comunistas e socialistas apoiaram a unicidade, usando a tribuna para defendê-la. Muito irritado, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, disse que a "atual estrutura sindical fascista" foi mantida. Depois de acompanhar as quase duas horas de discussões e votação, Meneguelli disparava palavrões e discutia, nervosamente, com os parlamentares do PCB e PC do B que votaram contra a pluralidade. Em contrapartida, o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), afirmou que a unicidade é a "melhor proposta para o estágio do país". (FSP - 16/10/87)

O QUE A SISTEMATIZAÇÃO APROVOU ESTA SEMANA

Art. 6º - São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além dos outros que visem à melhoria de sua condição social:

XII - jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;

XIII - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e feriados civis e religiosos de acordo com a tradição local;

XIV - serviço extraordinário com remuneração em dobro;

XV - gozo de férias anuais, na forma da lei, com remuneração integral;

XVI - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, pelo prazo de pelo menos 120 dias;

XVII - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo 30 dias, e direito a indenização, nos termos da lei;

XVIII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XIX - adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XX - aposentadoria;

XXI - assistência gratuita aos seus filhos e dependentes em creches e escolas de zero a seis anos de idade completos;

XXII - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

XXIII - participação nas vantagens da modernização tecnológica e da automação;

XXIV - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando ocorrerem dolo ou culpa;

XXV - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual, ou entre os profissionais respectivos;

XXVI - proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, cor e estado civil;

XXVII - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

XXVIII - não incidência da prescrição no curso do contrato de trabalho até dois anos de sua cessação;

XXIX - igualdade de direitos entre os trabalhadores com vínculo empregatício permanente e trabalhadores avulsos.

Parágrafo 1º - A lei protegerá o salário e definirá como crime a obtenção de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado.

Parágrafo 2º - É proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de 18 anos e qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.

Parágrafo 3º - São proibidas atividades de intermediação remunerada de mão de obra permanente, ainda que mediante locação, salvo nos casos previstos em lei.

Parágrafo 4º - Os princípios de garantia de emprego de que trata o inciso I não se aplicam à pequena empresa com até dez empregados.

Art. 7º - São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV (salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar seu poder aquisitivo, vedada a sua vinculação para qualquer fim), V (irredutibilidade de remuneração ou vencimento, salvo o disposto em convenção ou em acordo coletivo), VII (gratificação natalina com base na remuneração integral de dezembro de cada ano ou no valor da aposentadoria), XIII (ver acima), XV (ver acima), XVII (ver acima) e XX (ver acima) do artigo anterior, bem como a integração à Previdência Social.

Art. 8º - O produtor rural que explora a propriedade em regime de economia de família, sem empregados permanentes, contribuirá para a seguridade social através da

aplicação de uma alíquota sobre o resulta-
do da comercialização da produção agríco-
la e obterá os benefícios com valores e-
quiparados ao salário mínimo, podendo e-
quiparar-se ao do seguro autônomo na for-
ma que a lei estabelecer.

Parágrafo Único - Equiparam-se ao produ-
tor rural para efeito da Previdência So-
cial o parceiro, o meeiro, o arrendatário
e seus respectivos cônjuges, inclusive o
daquele.

Art. 9º - É livre a associação profissio-
nal sindical.

Parágrafo 1º - É vedado ao poder público
qualquer interferência na organização sin-
dical e a lei não poderá exigir autoriza-
ção do Estado para a fundação de sindica-
to, ressalvado o disposto nos parágrafos
2º e 3º deste artigo.

Parágrafo 2º - Não será constituída mais
de uma organização sindical em qualquer
grau, representativa de uma categoria pro-
fissional ou econômica, na mesma base ter-
ritorial, definida pelos trabalhadores e
empregadores, respectivamente, não poden-
do ser inferior a de um município.

Parágrafo 3º - A Assembléia Geral do sin-
dicato fixará a contribuição da categoria
que, se profissional, será descontada em
folha, para custeio das atividades, inde-
pendentemente da estabelecida em lei.

Parágrafo 4º - A Assembléia Geral do sin-
dicato fixará contribuição da categoria
que, se profissional, será descontada em
folha, para custeio do sistema confedera-
tivo de sua representação sindical.

Parágrafo 5º - A lei não obrigará a fi-
liação dos sindicatos, e ninguém será
obrigado a mantê-la.

Parágrafo 6º - Aplicam-se à organização
dos sindicatos rurais e das colônias de
pescadores os princípios adotados para os
sindicatos urbanos, nas condições da lei.

Parágrafo 7º - É assegurado aos sindica-
tos, com obrigatoriedade, participação

nas negociações coletivas do trabalho.

Parágrafo 8º - Os aposentados terão direi-
to a votar e ser votados nas organizações
sindicais.

Art. 10 - É livre a greve, vedada a ini-
ciativa patronal, competindo aos trabalha-
dores decidir sobre a oportunidade e o âm-
bito de interesses que deverão por meio
dela defender.

Parágrafo 1º - Na hipótese de greve, se-
rão adotadas providências pelas entida-
des sindicais que garantam a manutenção
dos serviços indispensáveis ao atendimen-
to das necessidades inadiáveis da comuni-
dade.

Parágrafo 2º - Os abusos cometidos sujei-
tam seus responsáveis às penas da lei.

Art. 11 - São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos no Brasil, embora de
país estrangeiros, desde que estes não
estejam a serviço do seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai
brasileiro ou mãe brasileira, desde que
qualquer deles esteja a serviço do Bra-
sil;

c) os nascidos no estrangeiro, de pai
brasileiro ou mãe brasileira, desde que
registrados em repartição brasileira com-
petente, ou desde que venham a residir no
Brasil, antes da maioridade e, alcançada
esta, optem pela nacionalidade brasileira
em qualquer tempo.

II - naturalizados: os que na forma da
lei adquirirem a nacionalidade brasilei-
ra, exigidas aos originários de países
de língua portuguesa apenas residência
por um ano ininterrupto e idoneidade mo-
ral.

Parágrafo 1º - Aos portugueses com resi-
dência permanente no país, se houver reci-
procidade em favor de brasileiros, serão

atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Parágrafo 2º - A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros e naturalizados, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Parágrafo 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos de presidente da República, presidente da Câmara Federal e do Senado da República, primeiro-ministro, ministro do Supremo Tribunal Federal e ministro de Estado, além dos integrantes das carreiras diplomática e militar.

Parágrafo 4º - Será declarada a perda da nacionalidade brasileira nos casos em que o brasileiro:

I - aceitar do governo estrangeiro sem licença do presidente da República, comissão, emprego ou pensão;

II - tiver cancelada sua naturalidade por sentença judicial, em processo que a lei estabeleça por exercer atividade nociva ao interesse nacional.

Art. 12 - A língua nacional do Brasil é a portuguesa e são símbolos nacionais a bandeira, o hino, as armas da República e o selo nacional já adotados na data da promulgação desta Constituição.

O texto aprovado pela Comissão de Sistematização ainda vai ser votado pelo plenário da Constituinte.

(JB - 17/10/87)

CONSTITUENTES BUSCAM REJEIÇÃO DE ESTABILIDADE EM PLENÁRIO

Os setores de "centro" e "direita" estão se rearticulando para derrubar o princípio

da estabilidade no emprego aprovado pela Comissão de Sistematização. Isto acontecerá quando o substitutivo do deputado Bernardo Cabral fosse apreciado pelo plenário do Congresso constituinte. Segundo os cálculos do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), o PMDB conta com duzentos votos para rejeitar o texto aprovado. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), prevê que seu partido contribua com 130 votos neste sentido. A soma dos números ultrapassaria, assim, os 280 votos necessários em plenário para rejeitar e aprovar qualquer proposta. Segundo o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, comprometeu-se a "colaborar", já que, segundo alguns juristas, o que foi aprovado permite interpretar que a garantia da estabilidade no emprego é total. "Se Ulysses Guimarães tiver assumido compromisso para derrubar o que foi aprovado até agora, estará agindo com irresponsabilidade", afirmou o presidente nacional do PT, Luis Inacio Lula da Silva (SP). Ele admitiu estar preocupado com esta mobilização. Disse que o movimento sindical precisa "pressionar a Constituinte, a partir de agora, para não permitir o retrocesso". Mesmo preocupada, a "esquerda" não está se articulando no Congresso. Isto pode criar condições opostas às que permitiram a associação do "centro" e da "esquerda" para manter o segundo substitutivo. O PFL contribuiu significativamente nesta primeira associação. Agora, entretanto, fala em incluir no texto a indenização progressiva que já foi derrubada na comissão (por 64 votos a 29), através da emenda dos empresários gaúchos. Segundo Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), "ela (a indenização) acaba com o princípio da estabilidade". (FSP - 20/10/87)

Política Nacional

EMPRESÁRIOS FINANCIAM DIREITA MILITAR

O empresário Ingo Hering, presidente das empresas Hering, confirmou que, há mais ou menos dois anos, contribui mensalmente, através de seu grupo de empresas, com dinheiro para a Associação Brasileira de Defesa da Democracia - ABDD, fachada usada por militares da linha dura para fazer política. O empresário disse que não se "recorda do valor da contribuição", mas informou que outros empresários também contribuem, embora tenha se negado a fornecer os nomes: "Não posso dizer por que não tenho o nome deles na memória", justificou. Ingo Hering disse que foi convidado a participar da ABDD pelo presidente da Associação, coronel José Leopoldino da Silva. Além da contribuição financeira, o empresário afirmou que participa como colaborador da revista Pontos de Vista, da ABDD, a qual considera "demasiadamente à direita". "Sou do meio, sou de centro", ressaltou com bom humor. O jornalista Aécio Diniz Almeida, diretor do Jornal de Alagoas e 14º sócio-fundador da ABDD, conforme consta na ata da própria entidade, não se lembra como e por que ajudou a criar a ABDD. "Não me recordo de ter entrado como sócio-fundador. Posso até ser sócio-fundador, mas não tenho lembranças disso", afirmou, esquecendo-se de um fato que ocorreu há pouco mais de dois anos. Outro que perdeu a memória por alguns instantes foi o jornalista Lenildo Tabosa Pessoa, de O Estado de S. Paulo, que, num primeiro contato por telefone, negou ser sócio-fundador da Associação. Entretanto, com alguma ajuda do repórter, que forneceu informações constantes da ata de fundação da ABDD, Tabosa admitiu que foi um oficial de nome Alberto e o embaixador aposentado Meira Pena que o encaminharam à direção da associação: Na época,

em 1985, disse para Alberto que só aceitava fazer parte da associação em nome da nossa amizade. Disse também que tudo estava do jeito que estava por culpa do Geisel e do Figueiredo - disse o jornalista, que é acusado de interrogar presos políticos nos porões do Doi-Codi. Tabosa teme que o comunismo "tome conta do país". "Basta ler o livro de Jacob Goreneder, fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, para você ver como eles estão", diz. O jurista Mário Pessoa, catedrático da Universidade Federal de Pernambuco, que não se lembra como ingressou como sócio-fundador da associação, se diz legalista, embora defendendo "o poder revolucionário, que é imanente de qualquer país do mundo". Pessoa disse que entrou para a associação ao preencher alguns folhetos que lhe chegaram às mãos de uma forma que ele não revela. Ressaltou que é amigo do general Iris Lustosa, um dos inspiradores da ABDD, com quem sempre se encontra em reuniões cívicas para comemorar datas importantes para o país, como o Dia do Soldado, o Dia da Bandeira e o Sete de Setembro. (JB - 20/10/87)

OFICIAL DA ATIVA PODE SER PUNIDO

Os oficiais da ativa que assinaram a ata de fundação da Associação Brasileira de Defesa da Democracia - fachada para ações políticas da linha dura do Exército - poderão ser punidos com base nos itens números 62, 63 e 65, do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Mas tudo indica que a punição possa ser de caráter reservado, pois o Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex) informou que não haverá, agora, manifestação oficial sobre o assunto. Nas páginas 32 e 33 do RDE, edição de 1984, anexo I, o item 62 proíbe "tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de política ou religião, ou provocá-la". O 63 diz que é proibido "manifestar-se o

militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos políticos", e o nº 65 proíbe "discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado". Em Recife, o comandante militar do Nordeste, general Luís Pires Ururahy Neto, disse que "é preciso ter provas" para punir os oficiais citados na reportagem do JORNAL DO BRASIL de domingo que integram a ABDD. O mentor da associação é o comandante da 7ª Região Militar, general Iris Lustosa, que serve em Recife e é subordinado ao general Ururahy. O comandante militar do Nordeste disse que não tinha conhecimento da existência da ABDD, mas afirmou: "No Nordeste posso garantir que esse pessoal não se reuniu nem fez qualquer movimentação". O vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que teve artigo seu reproduzido pela revista Pontos de Vista, da ABDD, disse em São Paulo que ficou "perplexo por estar sendo misturado com essa gente." Informou que o artigo, com título "Parlamentarismo à Esquerda", foi publicado no dia 13 de julho deste ano na Folha de S. Paulo e transcrito sem sua autorização. (JB - 20/10/87)

Trabalhadores Urbanos

CUT ANUNCIA GREVE NA POSSE DOS METALÚRGICOS DO RIO

Com o gesto simbólico de retirar a roleta da entrada da sede principal da entidade, como sinal de que ela volta a ser da categoria, tomou posse ontem à noite a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio, tendo à fren

te o electricista de manutenção, Wagner da Costa, de 30 anos. Segundo maior sindicato da América Latina, representando uma categoria de 180 mil trabalhadores, dos quais apenas 16 mil associados, os metalúrgicos, cujo dissídio ocorre no dia 19 de outubro, já programam uma greve para o próximo dia 27 depois de em sete rodadas de negociação com os patrões não terem conseguido os 62,67% pleiteados como reposição mais 11,8% de produtividade. Poderá ser a primeira greve da diretoria que é composta por representantes do PT, PDT e PC do B e cuja maioria é favorável à filiação à CUT. A posse foi assistida por representantes sindicais de diversos estados, destacando-se o secretário-geral da CUT Avelino Ganzer e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho. Da CGT estava o presidente do sindicato dos médicos de Alagoas, Sérgio Barroso. As grandes ausências foram Jair Meneguelli, presidente da CUT e o deputado Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT. Segundo Wagner da Costa, a posse de ontem marca o início de um novo sindicalismo no Rio de Janeiro. O certo é que a CUT terá mais um poderoso braço na cidade, ao lado do Sindicato dos Bancários. Ficou evidente a posição da nova diretoria dos metalúrgicos quando não faltaram críticas ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, responsável pela corrente que quer fazer um "novo sindicalismo". Ele foi apontado como "traidor" da categoria e bastante vaiado. (JB - 17/10/87)

CUT RECEBE SINDICATO COM ROMBO DE CZ\$ 10 MILHOES

Ao assumir o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, o segundo maior da América Latina, Washington da Costa, 30 anos, electricista de manutenção, empossado na sexta-feira, herdou um considerável império administrativo, com uma dívida superior a Cz\$ 10 milhões. A primeira dor de cabeça

foi encontrar a quinzena dos 175 funcionários em atraso, enquanto nas duas contas bancárias estavam depositadas não mais do que Cz\$ 70 mil. Embora represente cerca de 180 mil trabalhadores metalúrgicos de oito cidades (a capital e mais sete municípios, incluindo a Baixada Fluminense), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio, aos 70 anos de idade, tem em seu quadro social menos de 10% da categoria: 16 mil sócios. Washington da Costa, que depois de 11 anos "militando na base" conseguiu conquistar para a CUT um importante sindicato do Rio, sabe que seu respaldo político será maior à medida que aumentar o nível de sindicalização na categoria. Uma das principais propostas da nova diretoria é investir em uma comunicação ágil e constante com a categoria. A idéia é de fazer um jornal mensal, utilizando o já existente - Meta - e imprimir semanalmente boletins por áreas. Mas não param aí as pretensões destes sindicalistas, na maioria com menos de 30 anos, que ao lado dos bancários formarão a turma de choque da CUT no Rio. Conforme confidenciou Washington da Costa, já existe um grupo estudando a viabilidade de levar ao ar a "Rádio dos Metalúrgicos". Serão dois programas semanais de meia hora, em uma estação que alugue o horário. A segunda preocupação é justamente conhecer a máquina do sindicato. Eles não sabem sequer o orçamento da entidade para este ano. Queixam-se que o ex-presidente, Waldir Vicente de Barros, não cumpriu a promessa de fazer um período de transição. Na sexta-feira, ao assumirem, constataram surpresas o rombo de Cz\$ 10 milhões nas finanças, que ainda poderá ser maior à medida que aprofundarem o levantamento. Todos os impostos municipais, bem como o recolhimento das contribuições ao IAPAS/FGTS e Imposto de Renda estão em atraso. Também estão atrasadas as contas junto ao açougue e ao mercado da Cadeg, fornecedores de alimen-

tos para o restaurante da entidade. Para tomar pé da situação a nova diretoria, que é composta por representantes do PT, PDT e PC do B, foi buscar auxílio em outros sindicatos filiados à CUT. Três administradores de sindicatos de outras categorias estão ajudando a fazer uma auditoria interna no Sindicato dos Metalúrgicos para, em um prazo de 60 dias, dizerem qual é o seu quadro real. (JB - 19/10/87)

DESEMPREGO CRESCEU 4,5% EM SETEMBRO, REGISTRA O DIEESE

O contingente de desempregados na Grande São Paulo cresceu 4,5% em setembro último, em relação ao mês anterior, afetando mais 34 mil pessoas e elevando a taxa de desemprego de 9,7% para 10,1% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo a Pesquisa Emprego e Desemprego divulgada ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise dos Dados (Seade). A taxa de 10,1% é a mais alta desde junho de 1986, quando foram registrados 10,3%. Isto significa que, em uma população economicamente ativa estimada em 7,795 milhões de pessoas, 787 mil estavam desempregadas em setembro. De janeiro a setembro, o estoque de desempregados cresceu em 232 mil pessoas, número que o diretor-técnico do Dieese, Walter Barelli, considerou impressionante. Em idênticos períodos de 1985 e de 1986, os acréscimos foram de 23 mil e 10 mil pessoas, respectivamente, segundo Barelli. De acordo com a pesquisa, foram criados em setembro 42 mil postos de trabalho e suprimidos outros 41 mil, com um saldo positivo de apenas mil empregos, contra uma demanda representada por 35 mil pessoas que passaram a fazer parte da PEA. Daí os 34 mil desempregados a mais. (FSP - 20/10/87)

Trabalhadores Rurais

LAVRADORES INVADEM CINCO ÁREAS NO SUL

Numa ação simultânea, 110 famílias de lavradores invadiram, ontem, cinco propriedades no Rio Grande do Sul. Foram invadidas quatro estações experimentais da Secretaria Estadual de Agricultura e uma fazenda do Banco Meridional. As invasões começaram a partir das 4h da madrugada e foram coordenadas pelo Movimento dos Sem Terra do Rio Grande do Sul. Os lavradores ocuparam ao mesmo tempo áreas no município de Canoas, na região metropolitana, Rondinha, no norte do estado, Julio de Castilhos, na região central, e Nova Prata e Tupancireta, no centro-oeste. A invasão simultânea de cinco áreas de terras por colonos acampados há dois anos na Fazenda Annoni foi feita sob uma organização minuciosa a cada passo, como a própria estruturação do acampamento. Sem que houvesse a liberação dos 9.100 hectares de terras do estado, prometidas pelo governador Pedro Simon (PMDB), e após três reuniões infrutíferas com ele, os colonos decidiram há 15 dias montar um esquema de ocupação das áreas. O planejamento incluiu reuniões com os 150 grupos em que as 1.200 famílias estão divididas, para estudar a proposta de ocupação. A manifestação das reuniões a favor das invasões foi levada por dois líderes de cada grupo, um homem e uma mulher, à executiva do acampamento, formada por 12 agricultores. A executiva não tem hierarquia, pois todos os componentes respondem pelas negociações e organização geral do acampamento. Apesar de os colonos não reconhecerem lideranças, alguns lavradores assumem posições de líderes, como Marli Castro, Darci Maschio e Sérgio Santos. Para entrar nas áreas, não foi difícil. Desde o início de agosto, quando o governador Pedro Simon prometeu terras no estado, um grupo de colonos fez o reconhecimento das áreas

indicadas. As invasões se deram durante a madrugada de ontem. Escolheram-se regiões das fazendas próximas a estradas e cercados, montando-se rapidamente barracas improvisadas com plásticos e toras de madeira. Toda a operação foi cercada de muito sigilo, o que, segundo Sérgio Santos, "é uma tarefa fácil uma vez que todos os acampados sabem que precisam de discrição para resolver o problema". No acampamento da Fazenda Annoni, que Sérgio compara a uma favela urbana, os colonos recebem, por família, apenas um salário de Cz\$ 1.368 do Incra desde novembro de 1986, mas isso não é suficiente para comprar alimentos e remédios, que não mais existem no posto do Inamps instalado no local. Além da falta de medicamentos, também não há médicos e o atendimento de urgência é feito apenas por um enfermeiro. (JB - 14/10/87)

COLONOS RECUSAM PROPOSTA DE SIMON E MANTÊM INVASÃO

Resistir à tentativa de despejo até o final e apenas "trocar terra por terra" foi a resposta das 106 famílias de colonos que ocuparam cinco áreas do Estado à proposta do Governador Pedro Simon. Disposto a adquirir 2 mil hectares, através de Títulos da Dívida Agrária, Simon condicionou sua proposta à desocupação imediata das quatro estações agrícolas experimentais invadidas nos municípios de Nova Prata, Júlio de Castilhos, Tupanciretã e Rondinha, além da fazenda de 600 hectares em Canoas, de propriedade do Banco Meridional. A proposta foi encaminhada à comissão de colonos que permanece na capital, através do Presidente da Assembléia Legislativa, Algir Lorenzon (PMDB), que passou a intermediar as negociações desde a negativa do Governador em receber os lavradores. Segundo Marly Castro, um dos líderes do Movimento dos Sem Terra, para

sair das áreas ocupadas na madrugada de terça-feira, os colonos só aceitam trocar "terra por terra". Ele acusa Simon de tentar fazer "uma jogada" para novamente iludí-los. O impasse deve permanecer ainda hoje, porque a Justiça não se manifestou sobre o pedido de despejo das famílias. A situação nas cinco áreas permanece tranquila e em Porto Alegre os colonos concordaram em suspender a vigília que um grupo fazia em frente à Assembléia Legislativa.

- Voltamos para as áreas ocupadas, para resistir junto com os companheiros. A resistência ao despejo será total. Se nos despejarem hoje, terão que despejar sempre, pois as invasões vão continuar - afirmou Marly Castro. (O GLOBO - 15/10/87)

PM EXPULSA INVASORES DE RESERVA

Soldados da Brigada Militar expulsaram, no início da tarde de ontem, as 29 famílias que haviam invadido a reserva florestal do governo no município de Rondinha, norte do estado do RS. apesar de os invasores terem anunciado que resistiriam à força contra a retirada, acabaram saindo sem incidentes, iniciando uma marcha de cerca de 35 quilômetros de volta à fazenda Annoni, no vizinho município de Ronda Alta, de onde haviam saído terça-feira. A Brigada usou tratores para permitir o acesso de suas tropas até a área invadida, porque as estradas estavam tomadas pelo barro das últimas chuvas. Devirão ser expulsos até segunda-feira das áreas do estado os colonos que se instalaram em Júlio de Castilhos, Nova Prata e Tupanciretã. Na véspera, o governo entrou com pedido de reintegração de posse, cuja primeira liminar foi expedida pela Justiça da comarca de Rondinha. Hoje, em Canoas, onde estão instaladas 17 famílias, será realizada uma concentração e um culto ecumênico na fazenda pertencente ao Banco Meridional, que havia sido cedida ao Incra para a reforma agrária. Cerca de

200 soldados bem armados participaram da operação de desocupação da reserva ambiental de Rondinha (341 quilômetros da capital), invadida há três dias por colonos acampados na fazenda Annoni, e que há dois anos aguardam o reassentamento pelo Incra. Embora os oficiais da PM oferecessem os tratores para locomoção das famílias - homens, mulheres e crianças - eles não aceitaram, preferindo seguir a pé, numa caminhada que deverá terminar hoje por volta do meio-dia, quando estarão de volta à fazenda Annoni. Eles pernотaram numa capela num pequeno vilarejo à beira da estrada. (JB - 17/10/87)

SEM-TERRAS DO RS ACUSAM A POLÍCIA DE USAR VIOLÊNCIA

A coordenação do Movimento dos Sem-terra acusou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul de agir com violência ao desalojar, na madrugada de ontem, as 23 famílias que haviam invadido uma área de 1.200 hectares, de propriedade do Estado, em Rondinha (341 km ao norte de Porto Alegre). Seis trabalhadores rurais foram presos. O secretário de Segurança, Waldir Walter, e o comando da PM negam ter havido violência. Um dos líderes dos sem-terra, Marly Castro, disse que dez invasores estavam desaparecidos até a tarde de ontem. Castro afirmou que os sem-terra entrarão na Justiça contra a Brigada Militar. Segundo ele, os soldados não tinham respaldo judicial para fazer a desocupação. O juiz de Sarandi, Silvio Algarve, disse, porém, que a ação estava respaldada em liminar de reintegração de posse, concedida por ele na sexta-feira. O juiz disse, às 16h de ontem, que estava providenciando a soltura, mediante fiança, dos seis sem-terra presos. Eles serão processados por invasão de propriedade e resistência. (FSP - 19/10/87)

COLONOS PROPOEM A SIMON UM ACORDO SOBRE INVASOES

Os colonos acampados na Fazenda Annoni, que na semana passada ocuparam também terras do Governo Estadual, apresentaram ontem uma proposta para resolver o problema das invasões. Denunciando que as estações experimentais de agricultura invadidas estão inexploradas, mal aproveitadas ou arrendadas por preços irrisórios, reivindicaram que parte delas seja destinada ao assentamento de sem-terras. O restante ficaria para as estações, que repassariam os resultados de seus experimentos aos colonos, criando assim uma "forma poderosa de difusão de tecnologia e nova educação no setor de produção agrícola". Enquanto os colonos divulgavam a proposta, em carta aberta à população e documento encaminhado diretamente ao Governador Pedro Simon, a Justiça determinava a reintegração de posse, pedida pelo Governo, da estação de Nova Prata, que se soma às de Tupanciretã e Rondinha, concedidas anteriormente. Os colonos terão que deixar a propriedade em cinco dias. Quanto à estação experimental de Júlio de Castilhos, também ocupada, a decisão autoriza os colonos a permanecerem provisoriamente na área. A estação de Júlio de Castilhos tem 350 hectares e está ocupada por 19 famílias. Em Nova Prata, se encontra 27 famílias. Segundo a carta aberta dos colonos, ambas foram invadidas por estarem completamente inexploradas. A de Tupanciretã, com 400 hectares, de onde foram despejadas 23 famílias, estaria arrendada por apenas Cr\$ 5,00 anuais. Na estação de Rondinha, conforme a nota, 400 dos 1.000 hectares não são aproveitados. Por isso, os colonos asseguram que não desistirão de "torná-los produtivos". (O GLOBO - 20/10/87)

TRABALHADORES RURAS ENTERRAM SINDICALISTA MORTO POR CAPATAZES

Cerca de 1 mil 500 pessoas acompanharam ontem o enterro do sindicalista rural Antônio José da Silva, assassinado sábado por três capatazes do Engenho Jardim, que pertence à Usina Jaboatão e fica no município de Moreno, distante 40 quilômetros de Recife. Antônio José era delegado do engenho no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moreno e, segundo líderes sindicais da região, vinha realizando um trabalho de conscientização e fiscalização que estava incomodando os administradores da empresa. O crime foi cometido sábado de manhã diante de cerca de 100 trabalhadores do engenho, que aguardavam o pagamento do salário da semana. Os capatazes Reginaldo Joaquim da Silva, Manoel Brás dos Santos e João Juvêncio de Barros se recusaram a fazer o pagamento de Antônio José. A seguir, como ele insistisse, começou uma discussão que culminou no assassinato do sindicalista com mais de 20 golpes de foice e facas peixeiras. O corpo ficou mutilado. Reginaldo Joaquim foi preso logo depois, mas os outros dois fugiram. Essa tem sido a rotina nos canaviais de Pernambuco. Sempre que um trabalhador se destaca pela defesa dos seus direitos, sua ação é truncada pela violência, disse o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), José Rodrigues da Silva. José Rodrigues contou que a ação de Antônio José fez com que a fiscalização do sindicato descobrisse, na sexta-feira, fraude praticada pelos administradores do engenho. O sepultamento de Antônio José foi acompanhado pelo secretário do Trabalho e Ação Social de Pernambuco, Romeu da Fonte, que foi advogado da Fetape. Ele assegurou que o governo do estado, através dos órgãos de segurança, fará tudo para prender os assassinos. O sindicalista assassinado era casado e tinha um filho de um ano. (JB - 19/10/87)